



PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DA REDE DE MULHERES DE REMANSO - BA

Promotion of gender equity and coexistence with the Semi-arid in the hinterland of
São Francisco: the experience of Remanso – BA women's network

Márcia Maria Pereira Muniz¹, Helder Ribeiro Freitas², Denes Vieira Dantas³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo sistematizar a trajetória de organização e luta da Rede de Mulheres do município de Remanso-BA. A Rede de Mulheres é uma organização que mobiliza mulheres agricultoras e pescadoras artesanais em defesa da garantia dos direitos das mulheres e busca ampliar a participação política, social e econômica das agricultoras e suas famílias. Ao longo dos anos 2000, com o apoio de organizações parceiras, foi possível disseminar experiências de produção agroecológica, ação que foi potencializada com o apoio das políticas públicas, que colaboraram para fortalecer as experiências de convivência com o Semiárido no nordeste brasileiro. Do ponto de vista metodológico a pesquisa foi construída através dos fundamentos da pesquisa-ação. Como resultados, identificamos no resgate da trajetória social de organização da Rede de Mulheres os avanços e os desafios na construção de relações de gênero mais igualitárias, assim como uma forte atuação das mulheres no desenvolvimento de atividades agroecológicas, através da adoção de um modelo de sustentabilidade ambiental e social com o protagonismo das ações empreendidas por um grupo de mulheres sertanejas.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Agroecologia. Políticas Públicas. Mulheres Agricultoras.

ABSTRACT

The present paper aims to systematize the organization and struggle in the trajectory of the Remanso-BA Women's Network. The Women's Network is an organization that mobilizes women farmers and artisanal fishers in defense of the rights of women and seeks to increase the political, social and economic participation of women farmers and their families. Throughout the 2000's, with the support of partner organizations, it was possible to disseminate agroecological production experiences, which was strengthened with the support of public policies that collaborated to strengthen the experiences of Coexisting with Semi-Arid in northeastern Brazil. From the methodological point of view, it was constructed through the fundamentals of action research. As results, we identify the advances and challenges in the construction of more egalitarian gender relations and a strong role of women in the development of agroecological activities through the adoption of a model of environmental and social sustainability with the protagonism of the actions undertaken by a group of women.

Keywords: Family Agriculture. Agroecology. Public Policies. Women Farmers.

¹ Coordenadora do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP- Programa de Desenvolvimento Local do Semiárido – Remanso – BA. Discente do doutorado profissional Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT/UNIVASF.
E-mail: marcia@sasop.org.br.

² Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - Professor do mestrado profissional de Extensão Rural e do doutorado em Agroecologia e desenvolvimento Territorial.
E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

³ Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - Professor do mestrado profissional de Extensão Rural e do doutorado em Agroecologia e desenvolvimento Territorial.
E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br.

Recebido em:
16/11/2018

Aceito para publicação em:
13/12/2019

Correspondência para:
marcia@sasop.org.br

Introdução

As desigualdades de gênero são uma realidade histórica no campo e na cidade nos diferentes contextos socioambientais do Brasil. No Semiárido Brasileiro surgem iniciativas populares e políticas públicas na busca da superação dessas mazelas. O presente artigo tem como objetivo analisar os avanços e desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar e superação das desigualdades de gênero a partir da experiência da Rede de Mulheres de Remanso, no contexto da região Semiárida do nordeste brasileiro.

A origem da Rede de Mulheres está associada ao aumento do número de mulheres assassinadas no município de Remanso. Assim, a violência e a impunidade pelos crimes cometidos contra as mulheres fizeram com que elas organizassem um ato público em 1983, chamando atenção da sociedade local quanto a esta forma de violência e cobrando providência do poder público naquele momento.

O município de Remanso, espaço de atuação da rede, está inserido no Semiárido Brasileiro, o qual se caracteriza pela ocorrência de anos sucessivos de seca, e tem resultado na fragilização dos sistemas agropecuários e familiares, baseados em sistemas de cultivos voltados para a produção de alimentos, forragem para criações de animais, além do extrativismo. Práticas inadequadas de preparo do solo, como as queimadas e o desmatamento têm contribuído para o agravamento das limitadas condições naturais dos solos da região. Isso se confirma em documento elaborado pelo o Território Sertão do São Francisco (2008) que expressa “o modelo de produção agropecuária é insustentável, o mesmo tem levado a graves problemas socioambientais como índices crescentes de desigualdade social e desertificação no território” (CODETER, 2018).

No Território Sertão do São Francisco Baiano se apresentam realidades distintas que se distribuem em dois ambientes, quais sejam: as áreas irrigadas que estão às margens do Rio São Francisco e as áreas de sequeiros que são utilizadas, principalmente, para a criação de caprinos, ovinos, extrativismo e cultivos de ciclo curto.

Por décadas, as intervenções governamentais eram voltadas ao “combate à seca”, marcadas pelas ações emergenciais e descontínuas, geralmente com a construção de grandes obras hídricas. Essas intervenções se materializam em proposta de desenvolvimento fundamentada em um modelo voltado à implantação de projetos de irrigação, associados à implantação de polos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas de exportação, quase sempre beneficiando empresas, grandes propriedades rurais e políticos regionais: “Marco decisivo foi a barragem de Sobradinho, construída na Ditadura Civil-Militar, entre 1971 e 1978, para regularizar a vazão e alimentar a cascata de barragens e usinas hidrelétricas a jusante” (SIQUEIRA, 2017).

Nas últimas décadas, tem se estruturado uma articulação em rede das Organizações da Sociedade Civil em torno de propostas de “Convivência com o Semiárido” e da “Agroecologia” nos territórios do Semiárido Brasileiro. Essas articulações têm se pautado nos processos sociais e organizativos locais, bem como na contextualização das propostas de desenvolvimento. Assim, tem-se intensificado os processos de intercâmbios e troca de experiências entre agricultores(as) e organizações não governamentais que compõem a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA e a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.

As articulações em rede têm sido fundamentais para pressionar os governos federal, estadual e municipal no processo de proposição de políticas de Convivência com o Semiárido. Isso tem se dado a partir de experiências bem-sucedidas promovidas por agricultores familiares e suas organizações. No nível nacional, a articulação dos movimentos sociais possibilitou o reconhecimento da Agricultura Familiar por meio de instrumento de lei (Lei n. 11326, de 2006), que define e estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas para esse segmento da sociedade.

A perspectiva da Convivência com o Semiárido vem sendo construída pelos agricultores familiares, com o apoio de um conjunto de organizações que atuam no Semiárido Brasileiro. Silva (2006) apresenta a Convivência com o Semiárido como sendo uma perspectiva que orienta a promoção do desenvolvimento sustentável visando melhorar as condições de vida das famílias que vivem naquela

região, através de iniciativas socioeconômicas, com adoção de tecnologias apropriadas para preservar e renovar os recursos naturais.

A Convivência com o Semiárido, conforme destacado acima, visa promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que o Semiárido ainda hoje, comparado com outras regiões, ainda apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional. É importante considerar que o IDH leva em consideração indicadores de longevidade, educação e renda, segundo PNUD/ IPEA (2016), nenhum município da região atingiu o IDH alto. Pelo contrário, a maioria (61,2%) se encontra na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano.

Nas últimas décadas, a partir da pressão dos movimentos sociais um conjunto de políticas, programas e ações vêm sendo implementados para os agricultores familiares. Por muito tempo, ação do Estado Brasileiro, deixou à margem os pequenos agricultores(as) familiares, esse cenário começou a mudar a partir do final do século XX, segundo Savoldi e Cunha, (2010) na esfera governamental, a agricultura familiar passa a ser reconhecida na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Esses(as) até hoje vivenciam processo de disputa dos investimentos que são alocados para a agricultura patronal (grandes propriedades). Como afirma Wanderley (1996), “no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução”.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família segundo Wanderley (1996). Entretanto, a mesma autora chama atenção para carências e desafios ao trabalho dos camponeses nos estabelecimentos familiares destacando que a “precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural” (WANDERLEY, 1996 p.).

Essa condição de precariedade ainda é uma realidade da agricultura familiar, isso pode ser observado na região semiárida, principalmente nos períodos de estiagem, em que membros das famílias buscam trabalho em outras regiões, como estratégia de sobrevivência e de permanência da família na propriedade rural.

Percebe-se que a participação das mulheres rurais nos espaços de articulação do movimento feminista e do movimento agroecológico tem possibilitado uma aproximação dos conteúdos trabalhados por esses movimentos. Siliprandi (2009) afirma que “o feminismo pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma teoria crítica e como um movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens”.

Segundo Scott, (1995), “gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política, que opera atualmente de maneira amplamente independente do parentesco”. Percebe-se que as desigualdades de gênero vêm sendo construídas pela sociedade, na medida em que estabelece as atividades que são de responsabilidade das mulheres e dos homens, tanto no trabalho reprodutivo (trabalho doméstico) e produtivo (trabalho agropecuário). Como expressa Bourdieu (2002), “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação. Fazendo-as assim, ser vistas como naturais”.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) também reconhece que a igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento agrícola e para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Nessa perspectiva destaca que a questão de gênero deve ser trabalhada numa abordagem de desenvolvimento (FAO, 2012). Primeiro, porque a dimensão de gênero é crucial por razões econômicas e do ponto de vista da eficiência. Em segundo lugar, as questões de equidade ou de distribuição estão relacionadas às diferenças de gênero nos resultados, as diferenças que surgem das relações socialmente construídas entre homens e mulheres, afetam a distribuição de recursos entre eles e causam muita disparidade nos resultados de desenvolvimento. Em terceiro lugar, os papéis e as relações de gênero afetam a segurança alimentar e o bem-estar das famílias. Por último, a igualdade de gênero é um direito humano fundamental que tem valor entre si e por si.

implementar processos de sistematização”. Para a realização do estudo foram aplicadas as técnicas e instrumentos previstos na proposta da pesquisa participante e pesquisa-ação. Dessa forma, optou-se por trabalhar com a técnica de Grupo Focal, compreendida como a melhor estratégia metodológica para o levantamento das informações sobre o objeto de análise dessa pesquisa. No grupo focal os temas são apresentados e discutidos por tópicos, assim, se dá na forma de uma entrevista coletiva.

Na realização das atividades de campo da pesquisa foram realizados seis encontros com Grupo Focal tratando de diferentes temáticas. A composição dos participantes dos encontros com o Grupo Focal foi definida a partir de um critério de representatividade das comunidades que integram a Rede de Mulheres. Dessa forma, mobilizou-se uma liderança de cada comunidade em que a Rede atua. Entretanto, durante a realização das atividades da pesquisa-ação, houve a participação de 38 mulheres, o que aponta para uma maior participação do que o previsto inicialmente de uma representante por comunidade. Assim, houve representação nas atividades com o Grupo Focal de 15 comunidades rurais, além de duas lideranças que têm atuação na sede e três pescadoras artesanais.

A realização dos encontros mediados por Grupo Focal foi fundamental no processo investigativo da pesquisa. Nessa atividade, buscou-se compreender a problemática das mulheres no acesso às Políticas Públicas e seus desafios, visando à superação das desigualdades de gênero no contexto da agricultura familiar do município de Remanso. Esse foi um espaço que possibilitou o diálogo com as participantes sobre suas práticas no âmbito de sua família, de sua relação com a comunidade e de sua participação em outros espaços. Assim, o percurso metodológico da pesquisa com a realização de encontros com o Grupo Focal, teve a seguinte sequência cronológica constante na tabela 1.

Tabela 1. Sequência metodológica dos temas tratados nos encontros com o Grupo Focal

Grupo Focal	Conteúdo trabalhado durante o encontro.	Nº Participantes
I Encontro	Apresentação da pesquisa, caracterização das participantes da Rede de Mulheres	12
II Encontro	Resgate da história da rede, identificação dos problemas e temas trabalhados	14
III Encontro	Mapeamento das Políticas Públicas / participação das mulheres nos processos de incidência política	15
IV Encontro	Gênero e Feminismo, e os problemas enfrentados pela a sua condição de ser mulher, ações necessárias visando superação das desigualdades de gênero.	14
V Encontro	Linha do tempo, mapeando os principais momentos da história da Rede.	18
IV Encontro	Apresentação dos resultados da pesquisa e complementações	18

Para aprofundamento das questões tratadas de forma geral e/ou mapeadas ao longo dos encontros com o grupo focal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças de organizações e instituições identificadas como relevantes na constituição e apoio às ações desenvolvidas pela Rede de Mulheres de Remanso. As entrevistas tiveram como propósito identificar e compreender a participação das mulheres no processo de concertação e controle social das políticas públicas e se estas contribuem com o empoderamento e para uma maior autonomia das mulheres na superação das desigualdades de gênero. Assim, as entrevistas foram realizadas com atores sociais, dentre essas instituições/organizações cabe destacar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso, Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam no município como o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e, também, com assessoria de gênero do Projeto Pró Semiárido, desenvolvido pelo Governo da Bahia.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as participantes da Rede de Mulheres, buscando caracterizar o perfil socioeconômico e a participação política das mulheres, possibilitando o aprofundamento da compreensão quanto ao papel que as mulheres desempenham, tanto na Rede quanto no âmbito familiar e comunitário. Na última etapa, fez-se a sistematização e análise

dos dados, bem como a configuração do produto material dessa Pesquisa-ação através dos registros do histórico, conquistas e desafios da Rede de Mulheres de Remanso.

Resultados e discussão

Rede de Mulheres de Remanso: tecendo caminhos na organização das mulheres

A Rede de Mulheres teve início em 1983 e, ao longo de sua trajetória, tem sido um importante instrumento articulador no processo de mobilização e organização social das mulheres. No seu surgimento, o Movimento de Mulheres pôde contar com apoio da Paróquia, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso e do Centro de Educação Popular Luiz Nunes (ONG que atuava no município de Remanso), essa ONG contribuiu no processo de formação das lideranças e das integrantes do movimento de mulheres.

Em 1998, o movimento passou a contar com o apoio de uma religiosa ligada à Congregação das Irmãs de São José, nesse momento, surgiu o grupo das pescadoras e o movimento passa a planejar e desenvolver ações de formações envolvendo as pescadoras artesanais. Na década de 1990, o movimento de mulheres é chamado por agricultoras para iniciar o trabalho nas comunidades rurais do município de Remanso.

A partir de 1989, a Rede de Mulheres passou a se organizar através da atuação da Diocese de Juazeiro/BA, congregando, inicialmente oito grupos de mulheres no Território Sertão do São Francisco. Assim, anualmente realiza-se uma assembleia regional, esse também é um espaço de avaliação e planejamento de ações conjuntas da Rede Regional de Mulheres do Sertão do São Francisco Baiano. É com essa ação que as mulheres agricultoras e pescadoras artesanais passam a se organizar, desenvolvendo e participando de atividades de formações, buscando ampliar o conhecimento sobre as questões de gênero e, ao mesmo tempo, desenvolvia atividades de geração de renda. E somente em 2005, com apoio de organizações parceiras, como o SASOP, Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Paróquia, foi formalizada a criação da Associação da Rede de Mulheres de Remanso.

A partir do ano de 2001, O SASOP passou a contribuir com Rede de Mulheres de Remanso no processo de mobilização de recursos, visando o processo de formação das agricultoras familiares e pescadoras artesanais em duas frentes com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos sobre as questões de gênero, a outra frente voltada para apoiar as atividades produtivas.

Na sua trajetória, a Rede vem ampliando o seu trabalho, incentivando e mobilizando apoios para as atividades produtivas, disseminando as experiências de transição agroecológica, assim como houve investimentos voltados para apoiar os grupos de mulheres, como apicultura, o trabalho com as melíponas, quintais produtivos, criação de aves e de caprinos e o trabalho de beneficiamento de alimentos. Para apoiar as atividades produtivas a partir de 2007, as mulheres passaram a acessar as tecnologias sociais de armazenamento de água de chuva voltadas para produção de alimentos, através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas da ASA.

Pode-se observar que a Rede de Mulheres vem se tornando referência regional pelo trabalho que desenvolve com as mulheres. Tem conseguindo promover intercâmbios entre as organizações, estimulando a participação das mulheres no âmbito de organizações sindicais, colônias e organismos públicos. Anualmente a Rede de Mulheres organiza uma Feira Cultural e Saúde da Mulher, essa feira faz parte das atividades de comemoração do dia internacional da mulher, é realizada com o intuito de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres e promover a articulação entre cidade e campo.

No seu processo de organização, a Rede de Mulheres enfrenta alguns desafios, desde sua constituição. A mesma carece de sustentabilidade financeira, suas ações são desenvolvidas através do apoio dos parceiros (SASOP, IRPAA, STR, Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho, Comissão Pastoral da Terra – CPT), há uma fragilidade no processo de elaboração de projetos, o que acaba gerando uma dependência dessas organizações para dar continuidade ao trabalho da organização.

Mesmo com os desafios acima citados, percebem-se mudanças significativas na vida das mulheres que vivem no Território Sertão do São Francisco. Além de produzir, as mulheres passaram a se organizar para acessar aos mercados, inserir seus produtos nas feiras locais, também participam de feiras de economia solidária que acontecem na região e passaram a inserir seus produtos nos mercados institucionais.

Assim, com base no relatório de atividades feito pela equipe técnica do SASOP, foi possível identificar que, no primeiro semestre de 2018, 199 agricultores(as) familiares, sendo 183 mulheres (75 integrantes da Rede) e 16 homens, conseguiram inserir seus produtos na alimentação escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os grupos de mulheres estão conseguindo entregar vários produtos (pescado, hortaliças, macaxeira, polpa de frutas, mel em sachê) para as escolas do município de Remanso (SASOP, 2018).

Os grupos também acessavam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em maio de 2016, o Ministério de Desenvolvimento Social Agrário (MDSA) cancelou o repasse de recursos para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), reduzindo a ação do PAA, com isso, somente um grupo de pescadoras (APPR) conseguiu aprovar um Projeto de venda para o PAA, na modalidade Doação Simultânea em 2018. Em análise, Mattei (2018) aborda que o PAA contribuiu decisivamente para que o Brasil em 2014 fosse excluído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). O PAA atendeu a uma reivindicação histórica das organizações dos(as) agricultores(as) familiares do país, que eram sequencialmente excluídos (as) das políticas de desenvolvimento agrário implementadas pelo governo federal.

A conquista dos mercados institucionais tem contribuído para fortalecer as atividades produtivas das mulheres, com aumento da autoestima, principalmente por conta da melhoria da renda. Assim, pode-se observar que a participação das mulheres nos processos de comercialização e a inserção de seus produtos nos mercados têm contribuído para dar visibilidade às experiências de produção agroecológicas que essas mulheres estão envolvidas, essa é uma ação que contribuiu para a geração de renda das mulheres e no seu processo de autonomia. E como destaca Jalil (2013), a participação das mulheres vai além do econômico, no sentido do aumento da renda, uma vez que ter acesso a dinheiro já é uma forma de autonomia e liberdade, confirmando que acesso à renda e reafirmação da autonomia são processos que caminham juntos.

As integrantes da Rede também têm ocupado vários espaços ligados à organização social dos trabalhadores rurais do município de Remanso. Integrantes dessa rede fazem parte de outros espaços de organização, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (cinco mulheres integram a diretoria do STR de Remanso); elas estão nas Associações Comunitárias (nesse espaço, sete mulheres estão na presidência), integram grupos pastorais da igreja e assumem o papel de animadoras de comunidade, participam das ações dos movimentos dos pescadores artesanais, partidos políticos (sete mulheres são filiadas ao Partido dos Trabalhadores). Em número menor, ainda há registro de participação de quatro mulheres em grupo de jovens. Pode-se perceber que ainda existem integrantes da Rede que não participam de outros espaços, as falas dão conta de dois argumentos, destacando-se a falta de oportunidade e de tempo. Mesmo sendo em menor representação, integrantes da Rede também estão inseridas nos espaços de gestão e controle de políticas públicas, como Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sertão São Francisco (CODETER – TSSF), espaços de discussão e proposição de políticas.

No desenvolvimento de suas ações, a Rede de Mulheres já trabalhou os seguintes temas: Gênero, violência contra a mulher, direito da mulher, saúde da mulher, etnia, documentação, autonomia das mulheres, políticas públicas, sistematização de experiências, geração de renda, artesanato, divisão justa do trabalho, cidadania / autoestima, segurança alimentar e nutricional, Agroecologia / Convivência com o Semiárido, além disso, também foi trabalhado um conjunto de temas voltados para apoiar o processo de experimentação agroecológica.

Dos temas descritos, a violência contra a mulher aparece como o tema mais difícil de ser trabalhado. Segundo as integrantes da Rede de Mulheres, no meio rural ainda há muitas mulheres que estão isoladas, narrativas expõem situações como “O marido proíbe a mulher de sair, mesmo vivendo a violência ela continua com ele, esse sofrimento é extensivo a toda família. A família sempre interfere para

que a mulher permaneça casada, mesmo sabendo que a mulher enfrenta situações de violência” (Malva, grupo focal- II no dia 23/07/2018).

O trabalho realizado pela Rede tem provocado mudanças significativas na vida das mulheres, como se reconhecerem como sujeitas de direitos. Isso se confirma no depoimento da agricultora: “as ações da previdência social têm um impacto na vida das mulheres, é o próprio reconhecimento que as agricultoras familiares existem. Minha mãe nem conseguiu se aposentar” (Cratlya, grupo focal -II, 30/07/2018).

Destacam-se na atuação da Rede os encontros de conscientização, atividade realizada nas comunidades com a finalidade de introduzir a discussão das questões de gênero. Ações como essas contribuíram de forma significativa para ampliar os conhecimentos das agricultoras, provocando mudanças nas suas práticas cotidianas e em algumas situações nas relações familiares. “A rede pra mim é tudo, antes a gente não tinha quase nada, depois da Rede a gente tem informações, temos aprendido a gente aprende muito, e quando a gente chega à comunidade repassa para outras mulheres” (Favela – Comunidade Xique - Xique).

Políticas Públicas e as experiências de Convivência com o Semiárido e promoção da autonomia das mulheres.

Políticas Públicas voltadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar foram ampliadas a partir do governo Lula. E como afirma Del Grossi (2017), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi retomada, incorporando a perspectiva de gênero. Foram criados os mercados institucionais para a agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, em 2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já em 2011 foi criado o Programa Brasil Sem Miséria, que adotou o foco de inclusão produtiva nas áreas rurais. Há o reconhecimento, por parte das integrantes da Rede de Mulheres, de que essas políticas acima descritas impactaram positivamente na vida das mulheres e contribuíram para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido (Figura 2). Também há destaques de outras políticas que foram essenciais para melhorar as condições de vida das mulheres, como o acesso à documentação, à água tanto para o consumo humano, como para a produção de alimentos, aposentadoria rural, salário maternidade, luz para todos, bolsa família, garantia safra e os programas de microcrédito (Agroamigo e Crediamigo).

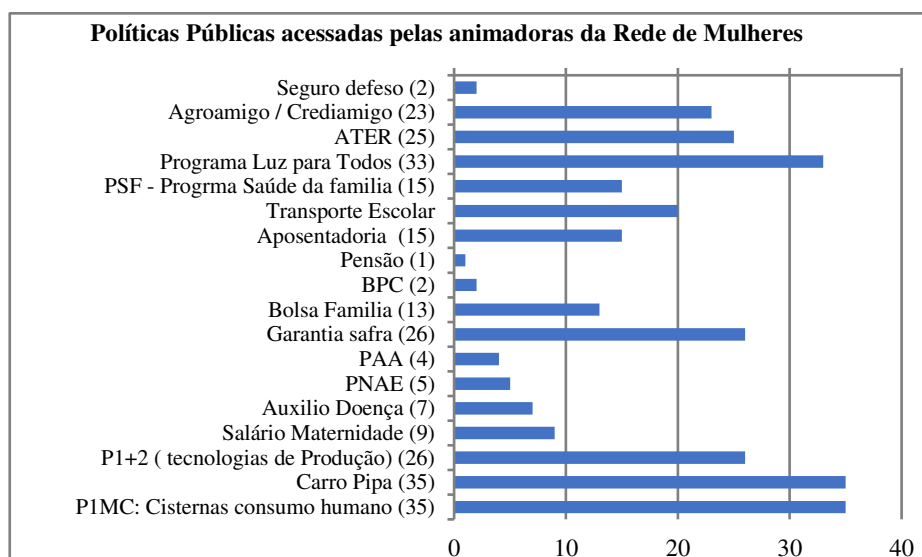


Figura 2. Políticas Públicas Acessadas pelas animadoras da Rede de Mulheres.

Pode-se observar uma ampliação das políticas agrárias, fruto do processo de organização e de incidência política dos diversos movimentos que atuam no campo, como afirma Mattei (2017), “desde as

duas últimas décadas do século XX, observa-se um novo protagonismo político no meio rural brasileiro, em grande medida decorrente do processo de organização e de luta da classe trabalhadora rural”.

Estudos feitos por Araújo (2013) apontam para mudanças significativas que ocorreram nas últimas décadas na região semiárida, resultado do processo de implementação de políticas públicas voltadas a apoiar a agricultura familiar, políticas essas que também foram importantes para melhorar as condições de vida das mulheres. Entretanto, se observa que essas políticas não foram elaboradas numa perspectiva de gênero. Segundo Bandeira (2004), políticas públicas de gênero “envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais e internamente que se estabelecem entre homens e mulheres” (BANDEIRA, 2004).

Avanços e desafios no acesso às políticas públicas e promoção da igualdade de gênero

As políticas públicas implementadas não foram suficientes para garantir a igualdade de gênero e a plena cidadania das mulheres que vivem no meio rural. O Estado brasileiro permanece com o desafio de promover a transversalidade de gênero nas políticas públicas, contemplando programas e ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. “Por transversalização, entende-se a integração do aporte de gênero à agenda política e aos processos decisórios, por meio de ações políticas integradas, pressupondo intervenções conjuntas no plano econômico, político, social ou cultural”, seja em esfera nacional, seja em âmbitos regionais, estaduais, locais ou comunitários (PRÁ, 2010).

Mesmo reconhecendo a fragilidade na implementação de políticas públicas com transversalidade de gênero, é importante reconhecer os avanços que ocorreram na vida das mulheres, decorrentes de dois fatores: primeiro, fruto do seu processo de organização e ampliação de seus conhecimentos; o segundo, pelo acesso ao conjunto de políticas nas diversas áreas (agrícola, social, segurança alimentar e nutricional, educacionais, saúde, previdenciária), a integração dessas políticas foram fundamentais para promover mudanças e melhoria na vida das famílias que vivem no Semiárido. Isso impactou de forma positiva na vida das mulheres, como reconhece Bandeira (2004) “A pobreza enfraquece a cidadania feminina e impede as mulheres de assumir ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição. Também precariza as possibilidades de romper com o ciclo intergeracional da pobreza.”

Constata-se que a Rede de Mulheres de Remanso tem se constituído como um espaço de resistência e de luta pela promoção da autonomia das mulheres e pela busca de igualdade. O seu trabalho tem possibilitado maior acesso a direitos e promovido a participação social das mulheres agricultoras e pescadoras artesanais, segmento da sociedade que tem sua vida marcada pelas desigualdades de gênero. “A Rede é um movimento muito interessante, tem me ajudado a me tornar uma pessoa melhor, mais independente, é um trabalho excelente, tem trazido muito benefício para todas as mulheres, tem ajudado muito, principalmente as trabalhadoras rurais” (Ruelia, coordenadora da Rede de Mulheres).

A Rede contribuiu para discutir a situação da mulher no meio rural e sua identidade, nesse processo foi necessário realizar campanhas voltadas para a emissão dos documentos civis (emissão de cédula de identidade e Cadastro da Pessoa Física – CPF), muitas mulheres não se reconheciam como agricultoras e nem possuíam documentos. Diversos relatos dão conta que as mulheres tinham vergonha de se assumirem como agricultoras, o trabalho realizado pela Rede contribuiu em parte para mudar essa situação. Como afirma Filipak (2007) “Ter acesso à documentação representa um primeiro passo na conquista de direitos de cidadania das mulheres rurais”.

Percebe-se que, ao longo dos anos, a Rede vem trabalhando com objetivo de contribuir na luta pela igualdade de oportunidade, colaborando para aumentar o protagonismo das mulheres nos diversos espaços de participação social. A ação da Rede tem sido de apoiar e fortalecer a inserção das mulheres nas atividades produtivas, valorizando a formação e organização de grupos, trabalhando com duas estratégias: contribuir para melhorar a segurança alimentar das famílias e inserir seus produtos nos mercados. Entretanto, essa rede tem clareza que não basta somente investir para promover a autonomia financeira e econômica das mulheres. Para isso, aliado a essa ação, a Rede tem investido no processo de formação das mulheres, como a realização de oficinas, seminários, cursos e intercâmbios.

Garantir a participação dessas mulheres em atividades fora de sua comunidade, ainda hoje, é motivo de conflito dentro do núcleo familiar. Foi através do trabalho da Rede que muitas mulheres passaram a enfrentar essa situação, assumindo novas atitudes que tem contribuído para mudar as relações de gênero dentro da família, mas esse ainda é um trabalho que necessita de continuidade, já que muitas mulheres ainda não conseguiram superar essa barreira.

Constata-se, também, a necessidade de ampliar a participação de jovens mulheres na ação da Rede para enfrentar os desafios identificados ao longo de sua trajetória, é preciso continuar investido no processo de formação gênero, numa perspectiva feminista. Para isso, as agricultoras apontaram para o apoio às atividades produtivas e fortalecimento da participação política das mulheres. Como afirmam Moraes et al. (2018), “a teoria feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala, à terra, à água, ao território, no acesso às políticas públicas e no processo de autodeterminação de seus corpos, na luta por autonomia”.

No atual contexto político do Brasil percebe-se que os direitos que foram conquistados pelos(as) os(as) agricultores(as) familiares estão ameaçados. Isso, porque o atual governo vem fazendo cortes nos programas sociais e nas políticas de apoio à agricultura familiar. Como as organizações e famílias que vivem no meio rural, especialmente as mulheres vão enfrentar essa situação? Como afirma Costa et al. (2014, p.15), “a superação das desigualdades sociais requer um ambiente democrático, onde os direitos de cidadania sejam respeitados e sejam superadas as condições de subalternidade”.

Mesmo com esse cenário de retrocesso, é importante considerar que foram criados espaços de participação social na elaboração e execução de políticas públicas e, em momentos como esse, a sociedade civil organizada vai continuar fazendo uso desses espaços. Assim como outras redes e movimentos sociais do campo, continua tendo um papel importante na concertação de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, numa perspectiva de Convivência com Semiárido.

O processo organizativo das mulheres é uma estratégia importante que vem contribuindo no debate sobre as condições de vida das mulheres que vivem no meio rural e o seu questionamento sobre a estrutura patriarcal que, ao longo dos anos, vem limitando a participação das mulheres em diversos espaços. “Essa é uma forma de resistência e de construção de novos valores. Resistência essa que se traduz tanto por conflitos diretos quanto pela busca de novas estratégias e caminhos para reprodução social” (CARNEIRO, 1994).

Em sua análise, Jalil (2013) afirma “as mulheres Trabalhadoras Rurais estão construindo novas formas de fazer política, questionando os espaços públicos, reinventando-os e propondo novas relações sociais”. Essa nova forma de fazer política tem sido fundamental no processo de articulação, mobilização e incidência de políticas públicas para as mulheres rurais, como afirma Fischer (2006), “ao participar das lutas no campo, a mulher ganha espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público”.

Buscando compreender a trajetória de organização da Rede de Mulheres, vários são os motivos que mobilizam as mulheres a fazer parte dessa organização. Diversos relatos dão conta dos conflitos que elas enfrentam, tanto no espaço privado da família, como no espaço comunitário. Mesmo em meio a esses conflitos, percebe-se que essas mulheres vêm assumindo novas posturas que contribuem para questionar as diversas formas de opressão a que as mulheres são submetidas. É preciso considerar que existem dinâmicas e histórias de vida que diferem de uma mulher para outra, algumas que já conseguem se inserir em diversos espaços e outras que só participam de atividades que acontecem no espaço da comunidade. Segundo Cordeiro (2004), os processos de empoderamento não atingem as mulheres da mesma forma, eles são moldados com base na posição que elas ocupam na família ou mesmo nas relações mais amplas. Muitas conseguem estabelecer um poder de barganha maior e construir novos pactos dentro da família, em outras, as mulheres encontram muitas resistências.

Considerações finais

A Rede de Mulheres tem sido um importante ator político e instrumento de mobilização social, na medida em que tem contribuído no processo de organização das mulheres, na defesa de seus direitos e na luta por igualdade e autonomia para esses sujeitos. Na Rede, também foi possível constatar os significados e a relevância das políticas públicas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido protagonizado pelas mulheres. Assim, pode-se concluir que as iniciativas da sociedade civil, congregadas pela ASA, foram fundamentais para ampliar os programas e ações para o Semiárido, contribuindo, dessa forma, para ampliar e fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido protagonizadas pelas mulheres. O processo de organização, mobilização e de incidência política das mulheres auxiliou no acesso às políticas de previdência e assistência social, programas sociais de transferência de renda, programa luz para todos, água para todos, assistência técnica, seguro safra, seguro defeso, entre outras, impactando positivamente na vida das mulheres, com a melhoria das condições financeiras e as condições de vida de toda a família. Mesmo com a ampliação das políticas públicas para as famílias que vivem no Semiárido, constata-se, a partir da experiência da Rede de Mulheres, que ainda são necessários esforços para implementar programas e políticas públicas com recorte de gênero. É fundamental a articulação dos diversos setores do Estado na promoção da igualdade de gênero por meio de ações específicas e da implementação de ações de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável. A realização dessa pesquisa-ação possibilitou reflexões e reavaliações frente às conquistas e desafios que se apresentam para a organização das mulheres. Nesse sentido, também produziu a construção de saberes e a identificação de pontos positivos e problemas a serem enfrentados. Assim, a partir da sua trajetória a Rede de Mulheres de Remanso, fica visível que, através da organização de grupos de mulheres, é possível romper as barreiras da lógica patriarcal, promover mobilização social e resistência para a luta por autonomia, bem como construir caminhos para a promoção da igualdade entre homens e mulheres do campo.

Referências

- ARAÚJO, T. B. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectiva**. BNDES. Fevereiro de 2013.
- BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).
- BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário**, Sertão do São Francisco – PTSS. Juazeiro, 2018.
- BANDEIRA, L. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Quito, Ecuador, agosto de 2004.
- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 19 fev. 2017.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CORDEIRO, R. **Além das Secas e das Chuvas**. O uso da nomeação Mulher Trabalhadora Rural no sertão central de Pernambuco. Tese de doutorado defendida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 2004.
- CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho, 11-22, 1994.
- CORDEIRO, R. **Além das Secas e das Chuvas**. O uso da nomeação Mulher Trabalhadora Rural no sertão central de Pernambuco. Tese de doutorado defendida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 2004.
- COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2004
- DEL GROSSI, M. E. **Agricultura familiar e a nova ruralidade entre 2004 a 2014**. In: Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas Ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.
- FAO, BANCO MUNDIAL Y FIDA. **Agricultura y Desarrollo Rural, Manual sobre género en Agricultura**. 2012.
- FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos** – Marília, 2017.
- FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006.

- GUI, R. T. **Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada**: intersubjetividade e construção de sentido. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 3(1), pp. 135-159. 2003.
- JALIL, L. M. **As Flores e os Frutos da luta**: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- MATTEI, L. **A política agrária e rural do governo Temer**. In: Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas Ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.
- MORAES, L. L., et al. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste**. Revista Interterritórios, revista de educação – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Caruaru, Brasil, v. 4, n. 06, 2018
- NETO, J. F. M. **Pesquisa-Ação**: aspectos práticos nos movimentos sociais populares e em extensão popular. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.
- PNUD / IPEA. Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras. Brasília 2016.
- PRÁ, J. Políticas para as mulheres: transversalizar é preciso. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. de L.; VAZQUEZ, P. S.; AQUINO, S. (Orgs) **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 13-35.
- SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. v.20, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. **Relatório de Atividades**: I semestre de 2018.
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970**. Revista Geografar Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010 www.ser.ufpr.br/geografar
- SILIPRANDI, E. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural**. Revista Agriculturas: Agricultura familiar camponesa na construo do futuro - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transioes paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- SIQUEIRA, R. **Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano**: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf**, América do Norte, 5, sep. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1051/708>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- RICHARDSON, R. J. (Org). **Pesquisa-Ao**: princípios e métodos. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Rizes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.